

Truculências de Trump e novos acordos em 2025



Assis Moreira

O governo brasileiro se prepara para trabalhar com turbulências no comércio com os EUA com Donald Trump de volta à Casa Branca. Ao mesmo tempo, vai intensificar no Mercosul duas negociações de acordos comerciais para 2025, na esteira da conclusão das negociações com a União Europeia (UE).

Esta semana Trump voltou a ameaçar o Brasil e a Índia com altas tarifárias. Repetiu suas queixas feitas em 2018, no primeiro mandato, contra os dois grandes emergentes. “É uma beleza. Eles nos cobram o que querem”, disse ele na ocasião. “Se você perguntar a algumas das empresas, elas dizem que o Brasil está entre os mais difíceis do mundo — talvez o mais difícil do mundo.”

No final das contas, a guerra comercial atingiu principalmente a China, mas com impacto também sobre aliados e deterioração das regras internacionais.

Agora a artilharia pesada parece ainda mais claramente destinada a países com superávit comercial com os EUA, como a China (US\$ 242 bilhões entre janeiro e outubro deste ano), União Europeia (€ 164 bilhões), México (US\$ 141 bilhões), Vietnã (US\$ 100 bilhões) e outros, aliados ou não.

O Brasil é um dos poucos países que acumula déficit com os EUA, de US\$ 788 milhões entre janeiro-novembro. Mas a retórica trumpista sinaliza que haverá pressão e truculência no trato com o país, acusado de ser “talvez” o mais duro do mundo em termos de protecionismo.

A exigência de reciprocidade tarifária com cada país é vista como inviável. A tarifa média aplicada nas importações pelo Brasil era de 9,4% em meados de 2022. Parece claro que, de seu lado, os EUA não têm a menor intenção de baixar sua tarifa punitiva de importação de açúcar, de US\$ 360 por tonelada, ou a alíquota de 27% na entrada de carne bovina, por exemplo. Mas os tuítes de Trump prometem muito caos também para o Brasil.

Em 2025, o governo Trump deflagrará logo as primeiras medidas unilaterais, quando ainda estará se estruturando. Para alguns interlocutores, o pior será nos anos seguintes.

Na recente cúpula do Mercosul, em Montevidéu, o argentino Javier Milei mencionou interesse em buscar um entendimento comercial com o amigo Trump. Isso é visto quase como uma conversa de universo paralelo, mesmo se vários produtos industriais, vários deles suspensos hoje do Sistema Geral de Preferências (SGP americano), poderiam entrar numa negociação, mas sem valor expressivo.

Mais concretamente, a Argentina na presidência rotativa do Mercosul no primeiro semestre quer concluir a negociação do acordo de livre-comércio do bloco com a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês), que é formada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Para os países do Efta, o acordo é importante para assegurar pelo menos as mesmas preferências que serão obtidas pelas empresas dos países da UE. Isso dá uma evidente vantagem competitiva nos negócios com um mercado de mais de 260 milhões de habitantes, como é o caso do Mercosul. Os países do Efta são pequenos, mas muito ricos, importaram € 330,7 bilhões e exportaram € 452,8 bilhões em 2023.

A Efta quis concluir a

Saldo comercial dos EUA

Janeiro a outubro 2024, em US\$ bilhões

China	-242
União Europeia ⁽¹⁾	-164
México	-141
Taiwan	-61
Japão	-58
Coreia do Sul	-55
Canadá	-51
Índia	-37
Brasil⁽²⁾	0,78

Fontes: Bureau of Economic Analysis e MDIC.
⁽¹⁾ Bilhões de euros. ⁽²⁾ Janeiro a novembro

negociação neste ano, sem esperar o resultado da negociação Mercosul-UE. Mas uma reunião em abril em Buenos Aires não foi nada bem. O governo Lula deu marcha a ré para rever vários pontos negociados, como propriedade intelectual, compras públicas e serviços.

Um dos problemas a resolver é sobre patentes, de importância central para a indústria farmacêutica suíça, principalmente. O Brasil foca na proteção de patente de produto com produção local. Para uma fonte do Mercosul, a questão é sobre licença compulsória. Por sua vez, no acordo Efta-Índia ficou estabelecido que “as patentes devem estar disponíveis e os direitos de patente devem ser usufruídos sem discriminação quanto ao local da invenção, ao campo da tecnologia e ao fato de os produtos serem importados ou produzidos localmente”.

Um anexo sobre proteção ambiental, para combater o desmatamento de florestas, é essencial para os países da Efta. Mas será menos complicado, até porque seus membros não têm medidas unilaterais como a UE.

No entanto, como na UE, a ratificação de acordo com o Mercosul será complicada. Parece muito difícil que um tratado Efta-Mercosul escape de votação popular na Suíça, mesmo se é Lula hoje quem está no Palácio do Planalto, e não Bolsonaro. Bastará

a coalizão esquerda-agricultores colher 50 mil assinaturas.

Em 2021, o povo suíço quase rejeitou o acordo comercial com a Indonésia por causa dos temores com desmatamento na produção de óleo de palma. Organizações não governamentais falam que, por esse acordo, pelo menos não haverá redução de tarifa sobre o óleo de palma se ele não for produzido em condições de sustentabilidade. E querem uma “cláusula soja” com o Mercosul.

Curiosamente, os opositores suíços aceitam sem reclamar o acordo Efta-Índia, concluído em março deste ano. Isso apesar de práticas abusivas nos sufocantes campos de açúcar do Estado de Maharashtra, no oeste da Índia, como servidão por dívida e trabalho infantil, e da gigantesca poluição em Nova Délhi e de outros problemas ambientais. Esse tratamento diferenciado por certos setores na Suíça causa enorme irritação no Mercosul.

O segundo acordo comercial que o Mercosul poderá concluir em 2025 será com os Emirados Árabes Unidos. A negociação começou em meados deste ano, e Abu Dhabi quer bater recorde de rapidez na sua conclusão. O potencial para aumentar os fluxos de comércio e atrair investimentos é considerado elevado.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente. E-mail assis.moreira@valor.com.br

Ambiente Estimativas são de que estiagem irá gerar custo extra de R\$ 1,3 bilhão à Zona Franca de Manaus

Seca no Amazonas cria custo extra à indústria

Camila Zarur De Manaus (AM)

O rio Negro, no Amazonas, atingiu neste ano 12,1 metros, o menor nível em mais de um século. Em alguns afluentes, ao olhar de um leito a outro, o que era para ser água se tornou um campo tomado principalmente por arroz selvagem e lama. Há um ditado na região que diz: “Na época de cheia você perde tudo, mas é a seca que te mata”.

Pelo segundo ano consecutivo, o Estado do Amazonas vive a estiagem mais severa. Em 2023, a cota do rio Negro em Manaus marcou 12,70 metros, o menor patamar até então desde o início da série histórica, que começou em 1902. Mas ainda assim foi mais de meio metro acima do nível registrado em 2024. Em comparação, o recorde anterior, em termos de baixa do rio, era de 2010, quando as águas chegaram à cota de 13,63 metros.

No ano passado, foram frequentes cenas de botos mortos e barcos cargueiros encalhados por causa da baixa da água. Neste ano, com a situação ainda mais agravada, o quadro se repetiu. Numa região em que rios são as principais vias, seja para o interior do Estado, seja para fora do Amazonas, os impactos se estendem da vida cotidiana aos balanços financeiros de empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Os efeitos mais perversos se veem no aspecto social, com a baixa dos rios impondo isolamento forçados, desabastecimento e obstáculos para o cadastro em programas sociais.

O Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) estima que a seca cause um sobrecusto de mais de R\$ 1,3 bilhão para as empresas da Zona Franca de Manaus. O montante é um pouco menor do que os gastos extras que tiveram

em 2023. Para evitar que o rombo piorasse com o agravamento da seca, as empresas prolongaram estoques e até mesmo mudaram portos flutuantes de lugar. Ainda assim, uma pesquisa feita entre os setores do PIM indicou que 87% das empresas foram afetadas pela chamada sobretaxa da seca — que inclui desde aumento dos fretes e taxas para armazenamento dos produtos em galpões terceirizados a uma cobrança extra de navios de transporte de contêineres.

O levantamento, feito por pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mostrou que 78% das empresas tiveram restrição da navegação na Amazônia. Já os custos com transporte aumentaram para 87% das empresas. A maior parte das companhias absorveu esses gastos. Mas 4% afirmaram que os repassaram no aumento do preço dos produtos, enquanto 35% disseram que fizeram isso parcialmente. “O consumidor não aceita um preço de TV ou ar condicionado ora alto, ora baixo. Então o que a empresa faz? Diz: ‘Olha, tem um novo normal.’ Nesse novo normal, quando divido o custo no ano ele sobe um pouquinho. É como se a empresa pegasse a média do custo anual e colocasse 30% para chegar ao valor do produto”, diz Augusto César Barreto Rocha, professor da UFAM e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam).

“Nós vimos que o rio seco é pior que o rio cheio”, conta o Raimundo Kambeba, professor da Escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua, na comunidade Três Unidos, no rio Cuieiras, a uma hora e meia de barco de Manaus. Dono de uma pousada de base comunitária em Três Unidos, Raimundo diz que em épocas de cheia é comum o rio subir e inundar roçados, levando com ele as plantações. Também



EDMAR BARROS/AP

Áreas secas nas margens do rio Madeira em Humaitá, Amazonas

acontece de a água invadir casas e causar prejuízos para quem mora em áreas ribeirinhas.

“No passado, era uma seca normal. Ficava água nos igarapés e nos lagos, dava para pescar. Eu particularmente achava bom, dizia que era época da fartura, tinha muito peixe e muita caça. Agora, nesses últimos dois anos a seca está sendo severa demais, está tendo falta de

alimentos. Está acabando com tudo e com a gente”, diz Raimundo.

O rio Cuieiras deságua no rio Negro, na margem esquerda de Anavilhanas, um dos maiores arquipélagos amazonenses. Dois anos atrás, era possível chegar até a entrada de Três Unidos de barco. Com a seca, porém, o desembarque tem sido feito a mais de um quilômetro de distância, na ponta da praia que fica entre os dois rios.

A cheia e a seca na Amazônia são fenômenos cíclicos anuais. Porém, até o início de dezembro, quando os rios deveriam já estar enchendo, o Serviço Geológico do Brasil (SGB) indicava que a baixa do rio Amazonas ainda estava em condições de seca extrema.

“Estamos diante de um novo

contexto da Amazônia, um novo normal”, afirma Virgílio Viana, superintendente da Fundação Amazônia Sustentável (FAS). “Isso terá muitas implicações sérias. Tudo que envolve relações comerciais e sociais será impactado.”

“A seca não é para ser vista como se fosse um problema só de meio ambiente. Ela tem uma dimensão econômica, social, de saúde pública”, enfatiza.

“A gente diz que, quando o rio seca, todas as comunidades param. Os alunos que moram na cabeceira do rio, por exemplo, não conseguem descer para as escolas. Nossas reuniões e eventos todos param. Fica um isolamento total”, conta Raimundo Kambeba. “O impacto é muito forte, tanto física,

quanto mental e espiritualmente. Agente deixa de se comunicar.”

Rocha, da UFAM, acredita que se houvesse mais investimento em obras estruturantes no Estado, os impactos da seca poderiam ser atenuados. Para o professor, a finalização da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RR), e a ampliação de hidrovias no Estado poderiam beneficiar a região.

“Há muitas pessoas afetadas no Amazonas. Eu pesquisei a parte de logística, que é a minha área, mas o problema da seca se estende a todos. E o que vemos é que ninguém discute as causas do problema. Não estamos discutindo o problema da região amazônica quando se fala em dragagem. Isso é atuar no efeito, não na causa”, diz Rocha.

Virgílio Viana, por sua vez, acredita que ainda assim é preciso investimento em outras áreas para a Amazônia para aliviar os impactos da seca. O superintendente da FAS afirma que o que está sendo feito ainda é “muito aquém do necessário”, sobretudo na área de adaptação climática.

“Precisariamos ter os cerca de 6 mil municípios que o Brasil tem com plano de adaptação [climática] e com orçamento. Não pode ficar só no campo da intenção, tem que ter plano com orçamento e com cronograma para que seja aferida sua implementação. Senão, fica aquela coisa aspiracional genérica”, diz. “A Amazônia está sempre atrás do resto do Brasil. Os orçamentos são mais apertados e o buraco da infraestrutura social é maior. Então, há uma competição maior por recursos. Além disso, aqui a qualidade do gasto público é muito ruim. Não é só uma questão de ter dinheiro, é quão eficaz e eficiente ele é gasto.”

A jornalista viajou a convite do Centro da Indústria do Estado do Amazonas

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

- | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| Agco B11 | BGC Liquidez C2 | Cerbranorte F8 | EDP Renováveis F8 | Gênica B11 | Macelog B3 | PayPal A21 | Serasa Experian A10, B11 | Utumi |
| AgroGalaxy B11 | Bios B11 | Cerbranorte Energia F8 | EEX F6 | Gerdau B3 | Magazine Luiza C2 | Petrobras B4, F4 | ServiceNow B2 | Advogados A8 |
| Agrolend B11 | Biotrop B11 | Certaja F8 | Elera Renováveis F1, F4, F6 | GoSolar F8 | Mannrich e Vasconcelos | Pinheiro Neto Advogados | Sette B11 | Vale B3, B4 |
| Agropecuária Manso | Black Influence B8 | Certel F8 | Eletrabras F1, F8 | Grupo Manso B11 | Advogados A8 | A8, A10, F4 | Squarezi & Vieira | Vallourec F6 |
| Comércio de Insumos B11 | BMA Advogados F6 | Cescon Barriue A8 | Emae F8 | Grupo Roca F2 | Marfrig B11, C2 | Pink Farms B11 | Advogados Associados B11 | VBSO Advogados F6 |
| Air Tractor B11 | BMJ A8 | CHECK24 B11 | Enel Trading F2 | Meta A21 | Microsoft A21, B8 | Porto do Açú F8 | Siemens Gamesa B4 | Vestas B4 |
| Alka Energia F2 | BMO Markets C4 | Cianport B3 | Eneva F6 | GUD Energia F6 | Minerva B11 | Porto do Açú | Silveira Advogados F6 | Viva Energia F2 |
| Amazon A21 | BNB B4 | Cisco B2 | Engie F2, F4, F8 | ING C2 | Mover B8 | Operações F6 | Simplifica F2 | Vivo F1, F6 |
| Amazon.com A21 | BNDES A12 | Comerc F1 | EPE F8 | Inspira B2 | MRS B3 | Portos RS F8 | SP Ventures B11 | Volt Electric Motors B4 |
| Apple C6 | Bolt Energy F2 | Comerc Energia F6 | ePower Bay F2 | Intermarítima B3 | MRV C2 | Promip B11 | SpaceX A21 | Volt Robotics F4 |
| Arco Norte B3 | Bolt Varejista F2 | Companhia Norte de | EPP e Manso B11 | Irmãos Britto B3 | N5X F6, F7 | Prumo F8 | Spic Brasil B4, F4 | Walmart C6 |
| Auren F1, F6 | Brain B11 | Navegações e Portos B3 | Equinor F8 | Itaú B4, C6, F1 | NDB A12 | PSR F1, F7 | State Power B4 | WEG B4 |
| Aurora Research F4 | BRK F6 | Consultar Serviços de | Eurogaz F2 | Kinea C1, C2 | Neuralink A21 | PwC F8 | Strategy& F8 | WHG C4 |
| Avenue C6 | Brookfield F6 | Engenharia F8 | FAS Advogados F8 | Koppert B11 | Nomad C6 | Reag | Tesla A21 | White Martins F6 |
| AXS Energia F2 | BTG Pactual Commodities B11 | Copel Mercado Livre F2 | FCR Law A8 | KWP Energia F8 | Nordex B4 | Investimentos C4 | TikTok B8 | Witzler F2 |
| AZ Quest C2 | Bug B11 | Coprel F8 | FMC B11 | L'Oréal B8 | Ocean Winds F8 | Reivax B4 | TP-Link A21 | xAI A21 |
| B3 C6, F6 | Bytedance B8 | Copfl Soluções F2 | ForGreen F8 | L4 Venture Builder F6 | OCF B11 | Robert Half B2 | Trinity F8 | XP C2, C6 |
| Banco do Brasil B11 | Caixa A12 | CSN B3 | FSET Consultoria F4 | Lockheed Martin A21 | Olam B12 | Rocha Granéis Sólidos B3 | Tyr Energia F2 | Zapaz de |
| Banco John Deere B11 | Cargill B12 | CVC C2 | FTS Consultoria F1 | Locomotiva B8 | PageGroup B2 | Sabesp A19 | Ultragaz F2 | Jure SPE B11 |
| Banco Pine A10 | Casa dos Ventos B4 | Demarest F6 | Fundeia B11 | Louis Dreyfus B11 | Palantir Technologies A21 | Santos Brasil C2 | Usiminas B3 | |
| Bast B11 | Centro Participações B3 | Echoenergia F2, F4 | Future Market Insights B2 | Ludfor F2 | Patria Investimentos C6 | SC Portos B3 | | |
| Belgo Arames B2 | Cemig F2 | EDP F2 | GE B4 | Maceió Logística B3 | | | | |